



Comissão Europeia adverte que 150 milhões de cidadãos do bloco não se imunizaram e sugere medida compulsória. Portugal e França registram alta de infecções. Ômicron chega aos EUA

Europa acena com vacina obrigatória

» RODRIGO CRAVEIRO

Ante a propagação da variante ômicron do Sars-Cov-2 pelo mundo e o aumento dos casos de covid-19, a União Europeia (UE) avalia impor a obrigatoriedade da vacinação a todos os 445 milhões de cidadãos dos 27 países-membros do bloco. “Dois ou três anos atrás, eu jamais imaginava testemunhar o que vemos agora, que vivemos essa horrível pandemia, temos as vacinas que salvam vidas, mas não estão sendo usadas adequadamente em todos os lugares. Isso tem um custo enorme”, desabafou Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia — o órgão executivo da UE. “Um terço da população europeia não está imunizada. São 150 milhões de pessoas. Isso é muito. É compreensível e apropriado conduzir essa discussão agora: como podemos encorajar e potencialmente pensar sobre a vacinação obrigatória”, acrescentou.

A advertência de Von der Leyen coincide com o registro, por parte da França, de 47.177 casos de infecções pela covid-19 em 24 horas — o maior número em sete meses. As autoridades francesas anunciaram que todos os viajantes de fora da União Europeia que desejarem entrar no país serão obrigados a apresentar um teste PCR negativo, mesmo que estejam vacinados.

Portugal também contabilizou 4.670 casos de contágios apenas na terça-feira, um recorde desde 5 de fevereiro. O país reinstaurou, ontem, uma série de medidas restritivas para desacelerar a pandemia. O uso de máscaras tornou-se compulsório em todos os ambientes fechados, e o passaporte de saúde é exigido para o acesso a hotéis, restaurantes e eventos esportivos. Para entrar em Portugal, será obrigatória a apresentação do certificado de imunização e de comprovante de teste negativo ou de recuperação de uma infecção anterior.

O epidemiologista alemão Tobias Kurth, diretor do Instituto de Saúde Pública da Charité Universidade de Medicina de Berlim, lamentou ao **Correio** o fato de muitas pessoas ainda considerarem não serem vacinadas. “Como isso reduzirá substancialmente a

Ronny Hartmann/AFP

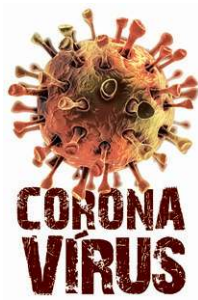


Médicos acomodam pacientes com a covid-19 dentro de Airbus A310-900, no aeroporto de Dresden, leste da Alemanha

probabilidade de controlar a pandemia, a vacinação obrigatória é uma última opção”, explicou.

Diretora de Saúde Pública da Universidade FH Joanneum University de Ciências Aplicadas, em Graz, na Áustria, Eva Maria Adamer-Konig afirmou à reportagem que as campanhas de imunização não funcionaram em algumas nações europeias. “Uma vacinação obrigatória poderia ser a solução, mas também é duvidoso que funcione”, advertiu. “No entanto, a maioria das pessoas não vacinadas oferecerá resistência.”

A especialista adverte que a ciência tem poucos dados para aferir como as mutações da ômicron desafiarão o nosso sistema imunológico. “As autoridades de saúde pública precisam acelerar as campanhas de informação e de imunização, ao tentarem atingir grupos vulneráveis. Uma vacinação obrigatória seletiva para certos grupos de



profissionais pode ajudar”, acrescentou Eva Maria.

Por sua vez, o também austríaco Thomas Czyzionka, analista de políticas sanitárias do Instituto de Estudos Avançados de Viena, lembrou à reportagem que a UE não tem competência para obrigar a vacinação. “A atenção à saúde é assunto de cada nação do bloco. Do ponto de vista empírico, tornar algo compulsório faz com que isso seja recebido com resistência. A vacinação obrigatória, na Europa, é tardia demais, pois o inverno começará em fevereiro. Além disso, as pessoas que se opõem à vacina farão de tudo para evitá-la”, disse. Ontem, Czyzionka sugeriu ao ministro da Saúde da Áustria uma abordagem gradativa. “Cada profissional de saúde faria uma conversa educativa com o cidadão, e as pessoas ficariam livres para receber o imunizante imediatamente ou em duas semanas.”

A ômicron continua a se espalhar. Ontem, os EUA e a Arábia Saudita confirmaram os primeiros casos da nova cepa. De acordo com o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), o infectado nos EUA é um indivíduo da Califórnia que retornou recentemente da África do Sul. País mais populoso do continente africano, a Nigéria, por sua vez, detectou três infecções pela variante — todas em pessoas com histórico de viagem para a África do Sul.

Fronteiras

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, assegurou que o fechamento de fronteiras é uma medida “injusta” e “ineficaz” para a contenção da ômicron. “Com um vírus que realmente não tem fronteiras, as restrições de viagem que isolam qualquer país ou região não são apenas profundamente injustas e punitivas, mas também ineficazes”, admitiu, ao pedir mais testes de diagnóstico em viajantes.

ESTADOS UNIDOS

Suprema Corte deve limitar direito a aborto

“Queimem no inferno”; “Deus odeia mãos que derramam sangue”; “Mulheres adultas exigem autonomia corporal”; “O aborto é um direito humano”. Durante todo o dia, ativistas pró-aborto e pró-vida se concentraram em frente à Suprema Corte dos Estados Unidos, em Washington, enquanto os nove magistrados da máxima instância do Judiciário analisavam um caso que pode retroceder em 50 anos o direito à interrupção da gravidez. A Corte começou a examinar uma lei do Mississippi que proíbe a maioria dos abortos após 15 semanas de gravidez.

Em decisão histórica no caso “Roe v. Wade”, de 1973, o tribunal considerou que o acesso ao procedimento é um direito constitucional da mulher, revogando as leis estaduais que o restringiam. Em outra decisão, de 1992, a Corte garantiu o direito de interromper a gravidez até que o feto seja viável fora do útero — o que ocorre entre 22 e 24 semanas de gestação. A tendência é de que a Corte imponha restrições ainda maiores à lei do Mississippi, o que representaria um retrocesso aos direitos reprodutivos das mulheres, segundo ativistas.

“Reconhecemos a magnitude do que pedimos”, escreveu a procuradora-geral do Mississippi, Lynn Fitch, no jornal

Positivo para covid-19

O ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump testou positivo para covid-19, e depois negativo, três dias antes do debate com o democrata Joe Biden, em 29 de setembro de 2020, de acordo com livro do ex-chefe de gabinete Mark Meadows, o qual o jornal **The Guardian** obteve uma cópia. Mark Meadows argumenta no livro **The chief's chief** (“O Chefe do Chefe”) que Trump apresentava, no momento do teste positivo, realizado em 26 de setembro de 2020, sinais de cansaço e sintomas de “leve resfriado”.

Washington Post. Ela acrescentou que é hora de corrigir o “erro” cometido pela Suprema Corte em 1973. “Esperamos e rezamos para que a decisão da Suprema Corte seja um ponto de virada histórico para a proteção dos mais vulneráveis”, afirmou o grupo “Marcha pela Vida”.

A lei do Mississippi de 2018 proíbe o aborto após 15 semanas de gravidez e não faz exceções para estupro ou incesto. Foi considerada inconstitucional em

Chip Somodevilla/Getty Images/AFP



Manifestantes em frente ao prédio da Suprema Corte, em Washington

instâncias inferiores até chegar ao principal tribunal do país. O Mississippi recebeu apoio de 18 estados liderados por republicanos, centenas de legisladores, a Igreja Católica e grupos contrários ao aborto. Este setor foi impulsionado pela entrada de três juízes na Suprema Corte durante o mandato presidencial de **Donald Trump** (2017-2021), inclinando a balança a favor do lado conservador com uma maioria de 6-3.

Hostilidade

Cofundadora e diretora executiva da Reproaction — organização não governamental dos EUA em defesa da popularização do aborto —, Erin Matson

admitiu que a “maioria hostil” de seis juízes contra três deverá se opor aos direitos de interrupção da gravidez. “A Suprema Corte provavelmente restringirá o acesso ao aborto legal. Isso poderia até derrubar a lei Roe v. Wade, a decisão de 1973 que afirmou o direito constitucional federal ao aborto, ou efetivamente destruí-la”, disse ao **Correio**.

Para Matson, o acesso ao aborto é fundamental para a dignidade, a justiça e a igualdade de todas as pessoas. “É especialmente importante para a igualdade de gênero e a justiça racial. Não importa o que esta Suprema Corte faça com a lei, os ativistas lutarão como loucos para garantir que todas as mulheres tenham acesso ao aborto.”

ARGENTINA

Macri é processado por suposta espionagem

O ex-presidente da Argentina Mauricio Macri (2015-2019) foi processado por supostamente espionar, quando era chefe de Estado, familiares dos 44 marinheiros mortos no naufrágio do submarino militar ARA San Juan em 2017, informou o juiz encarregado da investigação. Segundo a decisão de 174 páginas do juiz federal Martín Bava, Macri é acusado “pelo crime de realização de ações proibidas de inteligência como autor, em virtude de ter possibilitado a produção de tarefas ilegais de inteligência, gerando as condições para que fosse possível realizar, armazenar e usar dados sobre pessoas”. O direitista poderá responder em liberdade.

A Justiça proibiu Macri de sair do país. Além disso, Bava determinou a retenção de 100 milhões de pesos (cerca de R\$ 5,3 milhões) do ex-presidente, de acordo com a resolução. Macri visitava o Chile, onde participava de um evento em Santiago e foi obrigado a retornar a Buenos Aires. Em declaração à imprensa chilena quando deixava o hotel, ele refutou o processo. “Já disse que é uma perseguição política, que termina nisto que todos nós já sabemos.”

O ex-presidente argentino pode recorrer da decisão do juiz de Dolores, que fica a cerca de 200km ao sul de Buenos Aires, na Câmara Federal de Mar del Plata. Ao ser convocado para depor em 3 de novembro, Macri defendeu sua inocência em um depoimento por escrito entregue ao juiz. Anteriormente, o ex-presidente tentou afastar o magistrado do caso, alegando o seu impedimento, mas teve o pedido rejeitado em duas instâncias. “Não espionei ninguém, nunca mandei espionar ninguém em meu governo. Nunca vi nenhum relatório de nenhum familiar do ARA San Juan ou de qualquer outro navio”, disse o ex-presidente na carta apresentada à Justiça.

Escutas

A denúncia afirma que os familiares dos militares mortos no naufrágio do ARA San Juan foram alvo de escutas telefônicas e de outras interceptações por parte da Agência Federal de Inteligência (AFI) durante o ano em que buscavam saber o destino do navio e dos marinheiros. “O teor das informações coletadas, a intenção expressa e o caráter sistemático dos documentos analisados neste caso permitem-nos afirmar que esta produção ilegal de inteligência tinha um destinatário: Mauricio Macri”, alertou o juiz.

“Com base nos relatórios que adiantavam para o réu (Macri) as alegações que os familiares dos 44 tripulantes viriam a fazer em uma reunião, até aqueles em que foram reveladas as manifestações do coletivo de familiares em Mar del Plata”, em todos esses documentos “é possível ver a matriz ideológica e a causa motivacional que levou a AFI a produzir essa informação”, acrescentou o magistrado.

O submarino ARA San Juan, de fabricação alemã e com 66m de comprimento, desapareceu em novembro de 2017 com 44 pessoas a bordo, quando patrulhava águas argentinas. A embarcação foi encontrada um ano depois, a 900m de profundidade.

Eva Marie Uzcategui/AFP



Mauricio Macri: ações proibidas de inteligência após naufrágio